A INDISPENSÁVEL ECONOMIA POLÍTICA

Roberto Figueiredo Guimarães
Diretor da ABDIB e ex-Secretário do Tesouro Nacional

Enfim, passamos pelo segundo turno das eleições e o Presidente Lula foi reeleito. O mercado financeiro não gostou nada disto, tendo havido alterações superlativas nos preços dos ativos: bolsa desabou, dólar disparou e juros futuros subiram.

É claro que há desafios, mas também há exageros nestes movimentos, que decorrem das expectativas do mercado com relação ao apetite do governo Lula 4 de fazer ou não o ajuste fiscal capaz de estabilizar a relação dívida/PIB. Para o mercado, Lula 4 não fará o ajuste, até por dificuldades de negociação com o Congresso Nacional, o que aumentaria o risco de inflação, juros elevados, recessão etc.

De fato, durante a campanha eleitoral, nenhum candidato apresentou objetivamente os caminhos para a realização do ajuste fiscal.

Isso agora é passado. As eleições acabaram e Lula 4 e o novo Congresso Nacional terão muito trabalho pela frente. Será preciso fazer um ajuste fiscal crível e adaptações nas formas de impulsionar a demanda agregada. É claro que políticas de transferência de renda estarão sempre presentes, sobretudo num país com os elevados desequilíbrios de renda como o nosso, mas também será preciso impulsionar a demanda via investimentos e exportações.

O país precisa de mais investimentos e um dos caminhos está na expansão da infraestrutura, que multiplica renda e emprego e reduz o Custo Brasil. Para aumentar a longevidade deste ciclo, que está batendo recordes sucessivos, será preciso manter os programas de concessão e parcerias público-privadas de origem federal, estadual e municipal.

São necessários mais investimentos na indústria de transformação, para que o país possa exportar produtos de maior valor agregado e não depender majoritariamente das exportações de commodities agrícolas e minerais.

Para tudo isto, será preciso abrir espaço nos orçamentos públicos. Aí está a economia política.